

A censura da infância e a repressão da sexualidade nas análises de Norbert Elias e Michel Foucault

Childhood's censorship and sexuality's repression in Norbert Elias' and Michel Foucault's analyses

Crhistophe Barros dos Santos DAMAZIO*

Resumo: Este artigo se propõe a analisar as concepções acerca do controle dos comportamentos infantis e a repressão da sexualidade presentes nos trabalhos do sociólogo alemão Norbert Elias e do filósofo francês Michel Foucault. Os estudos acerca do processo civilizador, desenvolvidos por Elias, e a criação dos discursos, analisados por Foucault, servem como principais referências teóricas para este trabalho.

Palavras-chave: Norbert Elias; Michel Foucault; infância; sexualidade; civilização.

Abstract: This paper aims to analyze the conceptions regarding the childlike behavior control and sexuality's repression in the works of the German sociologist Norbert Elias and the French philosopher Michel Foucault. The studies about the civilizing process, developed by Elias, and the creation of speeches, analyzed by Foucault, serve as main theoretical references for this work.

Keywords: Norbert Elias., Michel Foucault; childhood; sexuality; civilization.

Norbert Elias e Michel Foucault: civilização e discursos modificando o olhar do homem ocidental sobre si mesmo

O sociólogo alemão Norbert Elias e o filósofo francês Michel Foucault figuram entre os autores mais respeitados e lidos no campo das ciências humanas e sociais. Para além de suas áreas específicas, ambos se tornaram reconhecidos no meio acadêmico pelos estudos dedicados aos mecanismos utilizados pelo homem para pensar acerca de si, às estratégias de socialização adotadas por diferentes grupos e como as relações de poder influenciam e moldam os comportamentos humanos.

Na apresentação da edição brasileira da obra *O Processo Civilizador*, Renato Janine Ribeiro define Norbert Elias como um dos grandes intelectuais de seu tempo e, a referida obra, como “um dos livros mais notáveis escritos no nosso século” (RIBEIRO, in ELIAS, 1994 v.1, p.09) pela profundidade com que discute o processo de civilização dos costumes por meio de um condicionamento dos comportamentos humanos. Na opinião do historiador brasileiro, a análise da chamada “curva de civilização” – período estabelecido por Elias como dos últimos setecentos anos da humanidade – o aproxima,

* Mestre em Desenvolvimento Social – Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca. Franca, SP - Brasil. Bolsista-CAPES. e-mail: crhistophebsd@gmail.com.

do ponto de vista teórico, dos historiadores das mentalidades e de sua perspectiva de “longa duração”, porém, ele não cai na “armadilha” de afirmar que existe um sentido para a história, já que em nenhum momento conclui que a direção tomada pelo Ocidente em seu processo civilizador seria inevitável, única ou mesmo a ideal.

No *Processo Civilizador*, Elias reconstitui o processo de repressão dos comportamentos mais espontâneos e francos do homem ocidental e sua substituição por um conjunto de modos mais retraídos e comedidos. Tal transformação ocorreu gradativamente desde a infância - momento importante para introjeção das primeiras e mais básicas regras de conduta civilizada – até englobar todas as esferas da vida adulta, como sexualidade, política e outras. Todos os grupos sociais foram atingidos, embora, a rapidez e o alcance dessas mudanças comportamentais tenham variado de um para outro. Essa perspectiva de análise, além de sociológica, recebeu forte influência, segundo Renato Janine Ribeiro, da psicologia e da psicanálise (RIBEIRO, in ELIAS, 1994 v.1, p.10).

Tereza Kirschner afirma que Elias concretiza, em *O Processo Civilizador*, a aproximação já esboçada em obras anteriores entre Sociologia e História, pois seu trabalho, neste livro, parte da premissa que o processo de estabelecimento de uma rede interdependente de relações humanas seria um processo de longa duração. Segundo a autora, Elias contrariava uma forte tendência de exagerada especialização, muito presente no campo das ciências humanas de seu tempo e, defendendo “uma multidisciplinaridade na pesquisa sociológica” (KIRSCHNER, 2014, p.57) fugia de um modelo interpretativo dos processos sociais que partiam de uma dimensão única do cotidiano das pessoas.

Com uma obra vasta que abrange temas como sexualidade, crime, loucura, relações de poder e práticas discursivas, o filósofo francês Michel Foucault acabou se tornando um dos autores mais lidos e debatidos de sua geração. Segundo Hubert Dreyfus e Paul Rabinov, as primeiras obras do autor como *A história da Loucura* e *Nascimento da Clínica*, possuem forte caráter histórico, embora, não sejam relatos cronológicos descritivos das concepções de loucura e da medicina, mas sim, estudos acerca das práticas discursivas que fundamentam as instituições (DREYFUS; RABINOV, 1995, p.XX).

De acordo com Escobar, apesar da grande heterogeneidade da obra de Foucault, seus trabalhos teriam um eixo comum, que seria compreender as diversificadas relações que o pensamento humano mantém com a verdade. Explica-se:

Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco (A história da loucura), quando se olha como doente (O nascimento da clínica), quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador (As Palavras e As Coisas), quando se julga e se pune enquanto criminoso (Vigiar e Punir)? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo (História da Sexualidade)? (ESCOBAR, 1984, s/p).

Segundo Peter Burke, Foucault foi dos autores que causou maior impacto junto aos historiadores da geração dos Annales. Seus estudos acerca da loucura e sexualidade lançaram novas luzes sobre a investigação histórica acerca do corpo e das relações de poder que este poderia engendrar. Apesar de suas obras possuírem forte base historiográfica, Foucault teria, entretanto, criticado seus colegas historiadores por não terem atentado para a importância do pensamento na construção do real, ficando restritos à influência do elemento social (BURKE, 1987, p.98-99).

Apesar da crítica citada por Burke, Foucault não deixou de reconhecer as contribuições da geração dos Annales à pesquisa historiográfica. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault ressalta que a história, criticada por se ater a acontecimentos isolados conseguiu, hoje, modificar sua perspectiva e ampliando o campo do acontecimento conseguiu compreender melhor as complexidades, variações e profundidade dos mesmos. Ao deixar de buscar relações de causa e efeito entre os acontecimentos, os historiadores puderam se concentrar na tarefa de

estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição (FOUCAULT, 1999, p.56).

A utilização de teorias e métodos de áreas diferentes de suas formações acadêmicas originais permitiu que os trabalhos de Norbert Elias e Michel Foucault circulassem com desenvoltura entre as tênues fronteiras estabelecidas pelas ciências humanas. O primeiro analisou como a sociedade ocidental, a partir do período moderno, criou o conceito de civilização como forma de evidenciar sua superioridade em relação a de períodos anteriores. O segundo, por meio do estudo das práticas discursivas e das variadas dinâmicas existentes nas relações de poder, como as sociedades construíram as “verdades” que fundamentam suas ações.

Neste trabalho, pretendemos comparar como Elias, por meio de sua perspectiva sociológica influenciada pela psicologia e Foucault, mediante seus estudos acerca da construção dos discursos, analisaram o processo de elaboração e introjeção das normas de comportamento no Ocidente desde o início do período moderno. Como recorte, iremos nos ater no que ambos os autores escreveram acerca da normatização das

condutas infantis e da regulação da sexualidade. A escolha por esses dois temas, além de limitar uma análise que seria muito extensa para um trabalho de proporção pequena como este, justifica-se por acreditarmos que essas duas esferas da vida e do cotidiano são as que mais sofrem interditos e cuidados por parte das diversas instituições que regulamentam os modos de ser e agir dos indivíduos em sociedade.

A infância como primeiro ato do processo civilizador e de criação das verdades

Segundo Norbert Elias, o conceito de civilização, a despeito das variadas concepções que abarca em diferentes culturas e línguas, “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo” (ELIAS, 1994 v.1, p.23). Seria por meio desse conceito que a sociedade ocidental, a partir do século XVI, procurou expressar o orgulho que sentia pelo avanço de seus costumes, tecnologia, ciência, arte e outros elementos em relação a sociedades de períodos anteriores ou até mesmo de suas contemporâneas que estivessem em situação de “atraso”.

O conceito que, no século XVI, foi traduzido em francês por *civilité*, seria derivado de outro, o de *civilitas*, originário da obra de Erasmo de Rotterdam intitulada *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em crianças). Neste tratado, que seria uma espécie de manual de conduta em sociedade para os meninos nobres, o teólogo e humanista holandês aconselhava como os rapazes deveriam se comportar nas mais diversas situações sociais e, mais do que isso, ressaltava um ponto interessante: a ideia de que as condutas externas apenas manifestam o caráter interno do homem. Elias utiliza essa obra de Erasmo de Rotterdam para explicar o ponto principal de análise acerca do que seria o processo civilizador. No tratado do teólogo holandês, que descreve com detalhes os modos corretos de andar, sentar, comportar-se à mesa e até mesmo de controlar as funções corporais, Elias resalta que a estranheza que um leitor contemporâneo experimenta ao tomar conhecimento das condutas que nobres da época tinham e que, hoje, parecem tão *incivilizadas* – como escarrar no chão e comer com as mãos – demonstram como a civilização se constitui como um processo de adaptação e introjeção de comportamentos que evoluem com o passar do tempo. Assim, os termos *civilizado* e *incivilizado*, representam fases de um processo de evolução contínua muito mais do que uma antítese. Nas palavras de Norbert Elias:

A civilização que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas,

formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento (ELIAS, 1994 v.1, p.73).

Como um processo que estaria sempre em constante evolução, a assimilação dos valores e princípios civilizados deveria se iniciar o mais cedo possível. Além do tratado de Erasmo de Rotterdam, a citação por Elias em sua obra de uma série de outros escritos semelhantes denota o quão grande era preocupação da sociedade ocidental com a inclusão das crianças em seu processo civilizador. A popularidade e grande circulação desses tratados demonstram a importância que a Europa do século XVI dava à organização e padronização das regras de comportamento. A infância, a partir da Idade Moderna, passou a ser encarada de forma diferenciada do medievo. As crianças, até então vistas como “adultos em miniatura”, não eram poupadas de nenhum dos fatos que compunham o cotidiano de seus pais. Ao longo dos séculos essa visão foi se alterando progressivamente e, no século XIX, se consolidaria a imagem da infância como uma fase especial da vida, moldada sob uma série de regras específicas que controlavam não apenas o comportamento das crianças em público, como também as condutas dos adultos em relação a elas.

A obra de Erasmo de Rotterdam, quando trata das formas de controle das funções corporais expõe, segundo Elias, outra característica importante da sociedade européia em transição de suas feições feudais para as modernas: o aumento no “patamar de vergonha” (ELIAS, 1994 v.1, p.140). O sentimento de culpa por cometer uma falha nas regras de conduta foi substituído, com maior sucesso entre a aristocracia, pelo sentimento de embaraço diante dos outros que esse deslize poderia trazer. Despertar o sentimento de ansiedade era a melhor estratégia para se conseguir uma mudança de comportamento, no caso, a supressão ou “camuflagem” das funções corporais em situações públicas. Modificou-se também, aos poucos, o que podemos chamar de mecanismos de vigilância das funções corporais: antes, especialmente para as crianças, alegava-se que os anjos estavam sempre de guarda e vigia de seus comportamentos, mas com o passar da idade e também dos séculos, as razões higiênicas foram substituindo as entidades místicas na tentativa de se obter um controle maior sobre as manifestações públicas das necessidades fisiológicas.

Ao comparar o aumento no nível de vergonha presente no tratado de Erasmo de Rotterdam e em outros manuais de etiqueta do período moderno com os padrões atuais, Norbert Elias constatou a similitude desse processo com o alargamento na distinção entre comportamentos infantis e os considerados adultos. Os manuais de

comportamento do período de transição da Idade Média para a Moderna aconselhavam aos adultos evitar atitudes que, atualmente, recriminamos em crianças pequenas, tais como não falar de boca cheia, não tocar no nariz e orelhas antes de comer, não derrubar objetos entre outros. Nos dias de hoje, tal como na época de Erasmo de Rotterdam, os pais serviriam como primeiros agentes de introjeção dessas normas nas crianças, porém, seria nos diversos círculos de convívio social que a assimilação das condutas corretas se concretizaria. Atualmente, as fronteiras entre o comportamento adulto e infantil são tão rígidas que qualquer criança que não assimila as regras adequadas à sua faixa etária é brutalmente excluída do meio social por ser considerada insuportável de se conviver ou, dependendo dos padrões estabelecidos historicamente pela classe ou sociedade a que pertença, até mesmo criminosa ou doente. O compartilhamento dos sentimentos de nojo e repugnância funciona como um instrumento da sociedade para o estabelecimento de regras de polidez e estilo que agem como fortes reguladores da conduta pessoal que, por sua vez, se molda por meio da vigilância alheia. Norbert Elias ressalta que, a partir do aumento dessa discrepância entre o comportamento adulto e infantil, algumas ações que aos primeiros eram aceitáveis em público, a partir de então, tornaram-se restritas à esfera privada. Segundo o sociólogo alemão:

A sociedade está, aos poucos, começando a suprimir o componente de prazer positivo de certas funções mediante o engendramento da ansiedade ou, mais exatamente, está tornando o prazer “privado” e “secreto” (isto é, reprimindo-o no indivíduo), enquanto fomenta emoções negativamente carregadas – desagrado, repugnância, nojo – como únicos sentimentos aceitáveis em sociedade. Mas exatamente por causa desse aumento da proibição social de muitos impulsos, pela sua “repressão” na superfície da vida social e na consciência do indivíduo, necessariamente aumenta a distância entre a estrutura da personalidade e o comportamento de adultos e crianças (ELIAS, 1994, v.1, p.147).

A infância não recebeu, por parte de Foucault, atenção que justificasse um estudo específico tal como os temas da loucura ou sexualidade, entretanto, em *Vigiar e Punir*, o filósofo francês ressalta que esta fase da vida foi a das que mais recebeu atenção na *sociedade disciplinar*, sendo alvo de uma gama variada de discursos com pretensão de verdade. Segundo Foucault, com base num regime de gratificação-sanção as crianças são apresentadas, desde muito cedo, a uma série de comportamentos e atitudes que visam moldar seu temperamento a fim de torná-las dóceis e, ao mesmo tempo, todas parecidas entre si. Como partes integrantes de um regime disciplinar, castigo e recompensa fazem parte de um jogo que visa, primeiramente, polarizar os comportamentos entre positivos e negativos e, a partir disso, estabelecer uma

“contabilidade penal” que permite avaliar cada criança individualmente (FOUCAULT, 2010, p.173-175).

Para Foucault, a imposição do *poder disciplinar* começa desde os primeiros anos de vida do indivíduo e este, por sua vez, não teria por objetivo final apenas reprimi-lo. O ato de punir coloca em funcionamento, segundo o filósofo francês, cinco operações distintas, que seriam:

(...) relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar uma base mínima, como média a respeitar ou como ótimo de se chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coação de uma conformidade e a realizar. Enfim, traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (...). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia hierarquiza, homogeniza, exclui, Em uma palavra, ela *normaliza* (FOUCAULT, 2010, p.175-176).

No volume I da sua *História da Sexualidade*, Foucault ressalta que, no concernente à regulação dos comportamentos infantis, as sociedades modernas dedicaram especial atenção à questão da sexualidade que, a partir do século XVIII, passou a ser cada vez mais vigiada e controlada por meio de uma série de recursos discursivos. A partir de então, se estabeleceria nas sociedades ocidentais uma postura dúbia com relação à sexualidade infantil e adolescente: se, por um lado, adotou-se uma posição cada vez restritiva em falar de sexo com as crianças, por outro, áreas como a medicina, psiquiatria, justiça, pedagogia e teologia criaram uma série de discursos acerca do tema visando estabelecer fronteiras entre o aceitável e o inaceitável. O silêncio imposto aos pequenos sobre o assunto em nome da manutenção de sentimentos como recato e discrição, na verdade, encobria um debate discursivo acirrado onde vários agentes, articulados em diversas relações de poder, tentavam estabelecer padrões de verdade que deveriam ser aceitos pela sociedade (FOUCAULT, 1988 v.1, p.32).

Segundo Norbert Elias, da Idade Média até o princípio da Idade Moderna, era perfeitamente normal falar sobre sexo na frente das crianças já que este era visto como um assunto cotidiano que, tal como os outros, não se ocultava delas. Com o passar do tempo, o assunto foi se tornando cada vez mais proibitivo e, no século XIX, considerava-se totalmente inadequado discuti-lo na frente dos pequenos e, mesmo diante da curiosidade deles em relação ao assunto, a postura dos pais e demais adultos

deveria ser a de evitar problematizar as questões feitas e fornecer respostas que não gerassem muito debate. Criou-se, a partir de então, o que o sociólogo alemão caracterizou como “conspiração de silêncio” (ELIAS, 1994 v.1, p.181) em torno do sexo que acabou moldando a personalidade dos adultos que, devido à pressão sofrida para reprimir e privatizar seus sentimentos, acabaram se tornando, em sua maioria, inábeis para conversar com as crianças e adolescentes sobre sexo.

Tanto Foucault quanto Elias chegaram à conclusão de que a infância se tornou alvo de maior preocupação para as sociedades ocidentais a partir da Idade Moderna. Essa fase da vida passou a ser considerada de vital importância, pois ela seria o ponto de partida, tanto para a elaboração e difusão dos que o filósofo francês considera como primeiros discursos com pretensão de verdade, como também para o início do “processo civilizador”, estudado pelo sociólogo alemão.

Controle da sexualidade como instrumento civilizador e espaço para criação dos discursos no Ocidente.

A mudança de atitude nas relações entre os sexos também foi analisada por Elias e constitui um elemento importante no processo civilizador do Ocidente. Tal como as funções corporais, as relações íntimas entre os casais, a partir do século XVI, se tornaram um tema que foi, progressivamente, ficando restrito à esfera privada e nuclear da família e sendo, cada vez mais, alvo de restrições impostas pelo aumento no nível de vergonha das sociedades de corte absolutistas. Esse processo se intensificou na mesma proporção em que aumentava o nível de distinção comportamental entre adultos e criança. À medida que cresciam, meninos e meninas eram cada vez mais apartados da companhia um do outro. Passavam a dormir em camas separadas e, já a partir do século XVIII, os quartos separados tornaram-se quase uma obrigatoriedade, pelo menos entre as famílias que possuíam condições financeiras suficientes para habitar casas maiores (ELIAS, 1994, v.1, passim).

Ao analisar as transformações nos padrões de comportamento sexual da nobreza do período moderno Elias apontou para um fato curioso. As mudanças ocorridas nos conceitos de monogamia e fidelidade conjugal na aristocracia das cortes absolutistas ao mesmo tempo que “aprisionavam” seus membros a uma série de regras de comportamento também os “libertavam” do código de conduta vigente no período anterior. Se na época medieval, a monogamia se tornou um valor indispensável às uniões matrimoniais e, junto a ele, uma cobrança mais rígida pela fidelidade (especialmente a feminina) se acentuou, no período moderno, a nobreza cortesã adotou

uma postura mais igualitária e branda para ambos os sexos no concernente as aventuras amorosas fora do casamento. Essa maior liberdade, porém, vinha acompanhada de uma série de regras, sendo a principal delas uma exigência de autocontrole por ambas as partes que não podiam se deixar dominar por ciúmes e sentimentos agressivos que pudessem expor a vida íntima do casal (ELIAS, 1994 v.1, p.183-184).

Civilizar-se, dentro das concepções propostas por Elias, significa, primeiramente, autocontrole sobre os comportamentos mais instintivos. Como se trata de processo evolutivo, a sociedade medieval, caracterizada pela rusticidade dos modos, certa franqueza nas palavras e baixo grau de formalidade e requinte na etiqueta, seria substituída por outra mais refinada e comedida, tanto no jeito de agir como de falar. No decorrer desse processo, o conceito de “intimidade” acaba se ampliando e abrangendo aspectos da vida pessoal dos indivíduos que, em períodos anteriores, eram discutidos mais abertamente em público.

A discussão dos aspectos mais íntimos da vida sexual de um casal passou a ficar cada vez mais restrita à esfera privada. Entretanto, tal modificação quanto ao espaço onde se realizava o debate não modificou a base de valores que fundamentava essas relações que, no caso das sociedades ocidentais, seria a moral cristã. A relação monogâmica e heterossexual manteve-se como o modelo a ser seguido e variações nesse padrão continuaram a ser condenadas abertamente ou, em alguns casos específicos, veladamente. A questão da “flexibilização” da fidelidade nas cortes absolutistas, citada por Norbert Elias, seria um exemplo claro dessa postura. Embora a Igreja fosse influente e próxima aos monarcas do período, a rígida moral católica era subvertida, de maneira discreta e, às vezes nem tanto, pelo grupo mais próximo ao trono. Tal desrespeito disfarçado das regras morais impostas, poderia ser encarado como mais uma atitude deliberada da aristocracia de corte na tentativa de estabelecer sua distinção em relação às demais categorias sociais.

No pensamento de Foucault, a sexualidade ocupa um papel importante por ser um dos aspectos cotidianos que mais sofrem interditos, resultantes dos muitos discursos construídos para regulá-lo. Na introdução do segundo volume de sua *História da Sexualidade*, Foucault explica que o objetivo principal desta obra seria estudar a sexualidade, enquanto experiência histórica, por meio da análise dos seus três eixos formadores: “a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (FOUCAULT, 1988 v.1, p.09). Quanto aos dois primeiros pontos, Foucault afirmou que seus estudos anteriores acerca da história da

loucura, da psiquiatria e também sobre os sistemas de poder e repressão lhe propiciaram o suporte de que necessitava, porém, o último, era bem mais desafiador, visto que, sua intenção era traçar um caminho diferente do que tinha sido feito até então. Buscar compreender como os homens se reconhecem como sujeitos de sua própria sexualidade implicava admitir o princípio do “homem de desejo” e, traçar a trajetória da *libido* ou dos mecanismos de atração, não era seu objetivo. Nas palavras do próprio Foucault sua intenção era:

(...) analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído. (...). Em resumo, para compreender de que maneira o indivíduo moderno podia fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito de uma "sexualidade", seria indispensável distinguir previamente a maneira pela qual, durante séculos, o homem ocidental fora levado a se reconhecer como sujeito de desejo (FOUCAULT, 1988 v.1, p.10).

Na obra *História da Sexualidade. Volume I: A vontade de saber*, Michel Foucault afirma que o século XVII marcaria o início da iniciativa das sociedades burguesas de repressão da sexualidade. Tal atitude, antes de passar para o campo da ação real, começaria no campo discursivo, ou seja, primeiro, houve a necessidade de restringir ao máximo possível o tema nas conversas cotidianas, limitando-o a espaços específicos e abolindo o uso de palavras e expressões próprias ao tema que pudessem causar desconforto. Segundo ele, “sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõem o silêncio. Censura” (FOUCAULT, 1988 v.1, p.21).

O trabalho desenvolvido por Foucault, não apenas na *História da Sexualidade* como também em outras obras como a *História da Loucura*, não foi, conforme já dito anteriormente, fazer uma descrição cronológica dos comportamentos sexuais ou uma narrativa das instituições e tratamentos psiquiátricos, mas sim, das construções discursivas feitas em torno desses fenômenos, que foram tomadas como verdade pelas sociedades ocidentais. De acordo com o filósofo francês, o discurso é o território onde se forma a verdade que, por sua vez, nada mais é do que um pacto social que se fundamenta em uma série de discursos que se tornam válidos muito mais por introjeção do que por coercitividade. Essa visão de Foucault foi bem exemplificada por ele em *Microfísica do Poder*, onde afirmou, em tom de crítica aos historiadores contemporâneos, que:

Há anos, os historiadores ficaram muito orgulhosos quando descobriram que podiam fazer não somente a história das batalhas, dos reis e das instituições, mas também a história da economia. E – todos estupefatos por terem os mais maliciosos dentre eles mostrado que também se podia fazer a história dos sentimentos, dos comportamentos, dos corpos. Que a história do Ocidente não seja dissociável da maneira pela qual a "verdade" é produzida e assinala seus efeitos, eles logo compreenderão..."

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha "ao compasso da verdade" – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. A produção de discursos "verdadeiros" (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da "verdade" – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita. (FOUCAULT, 1979, p.28)

Em suas reflexões acerca da moral sexual, Foucault dedicou-se a análise da *aphrodisia* que, segundo ele, seria a “substância ética” do comportamento sexual na Grécia Clássica. Diferentemente dos autores cristãos que dedicaram bastante atenção a este tema, Foucault afirma que este nunca foi alvo de grandes tratados ou escritos dos autores do período Clássico. O apurado grau de detalhamento com que Manuais de Confissão Inquisitoriais ou mesmo tratados médicos e psiquiátricos modernos descrevem as práticas sexuais permitidas, condenadas e/ou doentias não se faz presente nos escritos gregos sobre a moral sexual, embora o filósofo francês reforce que, tal atitude, não signifique necessariamente uma postura de negligência dos helenos em relação ao tema (FOUCAULT, 1988, v.2, p.41).

Os atos da *aphrodisia*, segundo Foucault, seriam todos os gestos e comportamentos que proporcionam prazer ao corpo. Na Grécia Clássica, ato, prazer, e desejo eram quase indissociáveis, relação esta que a moral cristã iria modificar a partir do momento em que começou a desvalorizar moralmente o prazer e foi, concomitantemente, problematizando a questão do desejo, “no qual se verá a marca originária da natureza decaída ou da estrutura própria ao ser humano” (FOUCAULT, 1988, v.2, p.41). Neste ponto, Foucault estabelece qual seria principal diferença entre a moral sexual cristã e *aphrodisia* grega: enquanto a primeira, ao problematizar a questão do desejo, se preocupou em regulamentar suas manifestações, a segunda se orientava sobre outra perspectiva, que seria buscar compreender, diante da associação ato-prazer-desejo, qual é a força que une tais atos entre si. A normatização dos atos sexuais é menos importante do que entender “com que força se é levado pelos prazeres e desejos” (FOUCAULT, 1988, v.2, p. 41).

No concernente ao estabelecimento de normas para a conduta sexual, a análise da *aphrodisia* grega empreendida por Foucault é esclarecedora, pois ajudar a desfazer concepções há muito arraigadas no senso comum sobre o tema, especialmente a que se refere a uma “imoralidade” ou “desregramento” dos gregos antigos com a sexualidade.

Para os gregos, a prática sexual não era considerada ruim, ao contrário, era um ato naturalmente prazeroso e indispensável à sobrevivência, porém, deveria ser orientada com base em dois princípios: comedimento no número de relações sexuais e na preservação do papel natural de cada indivíduo nesta relação. Explica-se: o homem poderia desfrutar do sexo da maneira que melhor lhe conviesse, com os parceiros que quisesse (mulheres ou homens), porém, deveria evitar a prática do ato sexual em demasia. Especialmente para os filósofos, como Aristóteles, Platão e outros, o comedimento dos prazeres da carne (comida, bebida e sexo) era uma forma de demonstrar virtude. Além disso, durante o ato sexual, era importante a manutenção dos papéis destinados a cada um, ou seja, aos homens livres, caberia sempre a posição ativa na relação, enquanto mulheres, escravos e jovens rapazes, como “atores passivos”, estavam sujeitos à vontade dos primeiros. Assim, segundo Foucault, durante o período clássico, “o excesso e a passividade são, para um homem, as duas formas principais de imoralidade na prática dos *aphrodisia*” (FOUCAULT, 1988, v.2, p.45).

O estudo da *aphrodisia* grega, empreendido por Foucault, nos ajuda a entender que as relações sexuais sempre foram alvo de controle e regulação e que, a expansão do cristianismo, apenas modificaria as regras sobre como a sexualidade no Ocidente deveria funcionar a partir de então: o ato sexual teria sua função limitada à reprodução, enquanto o desejo foi problematizado e o prazer transformado em algo pecaminoso e degradante. O estabelecimento de uma nova moral sexual implicava, necessariamente, no arranjo de novas práticas discursivas com vistas a “naturalizar” os comportamentos tidos como adequados e, concomitantemente, evidenciar as punições (espirituais e temporais) aplicadas àqueles que se desviassem das práticas “naturais” permitidas.

Estado, Igreja, medicina, direito e outras instituições estabeleceram, a partir de então, constante diálogo – nem sempre amigável - acerca da moral sexual no Ocidente a fim de regulamentá-la. Apesar de conflitos ocasionais entre essas diferentes esferas, a moral cristã foi o eixo central de todos os discursos reguladores da sexualidade por elas criados a partir de então. Em comum, todas buscaram circunscrever as práticas sexuais no Ocidente dentro de limites monogâmicos, heterossexuais e familiares. O sexo praticado fora de qualquer um destes três limites estava sujeito a sanções. Ocupando papel tão importante na regulação do comportamento humano, a sexualidade acabou

sendo o tema escolhido pelo filósofo francês como porta de entrada para o estudo da subjetividade. Em *Microfísica do Poder* ele explica:

O problema é o seguinte: como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa "verdade" profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer "Para saber quem és, conheças teu sexo". O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa "verdade" de sujeito humano. A confissão, o exame de consciência, toda uma insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo o mais possível da consciência; foi uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso (FOUCAULT, 1979, p.127).

A análise dos mecanismos de construção dos discursos é fundamental para se compreender todo trabalho de Foucault, visto que, segundo o filósofo francês, é no campo discursivo em que todas as batalhas ocorrem. Das lutas pelo poder à manifestação do desejo, tudo se torna alvo de regulação e controle no campo discursivo. Mais do que isso, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1999, p.10).

A partir da Contra-Reforma, segundo Foucault, a confissão passou a ser cada vez mais exaltada, não apenas como um mecanismo vital para a penitência, mas também como uma prática importante de autoconhecimento. Nesse processo, o comedimento e discrição no relato dos "pecados da carne", característico do período medieval, foram substituídos por descrições mais minuciosas acerca não apenas dos atos sexuais em si, como também de todos os sentimentos, sensações e desejos a ele relacionados. Esse novo modelo de confissão exigido pela doutrina católica popularizou a prática, já comum no ascetismo monástico medieval, de inserir o sexo na ordem da palavra e do discurso. A partir de então, desenvolveu-se no Ocidente, a necessidade de se transformar em discurso tudo que fosse relacionado ao sexo, mesmo que sob rígidas restrições e censuras linguísticas (FOUCAULT, 1988 v.1, p.21-24).

A partir dos séculos XVIII e XIX ocorre uma popularização e aumento nos discursos acerca da sexualidade, especialmente nos meios médico e jurídico, motivado pelo interesse crescente do Estado. O objetivo era claro: conhecer os mecanismos que regulavam as práticas sexuais era vital para estabelecer políticas de controle

populacional e de potencialização do aproveitamento econômico dos indivíduos. Desde então, Foucault afirma que ocorreu uma separação clara entre os conceitos de “sexo” e “sexualidade”. O primeiro seria um sistema social onde as práticas sexuais estariam na base das relações matrimoniais e familiares que perpetuam linhagens de sangue, garantem a manutenção de bens patrimoniais e se sujeitam a uma série de interditos e regras impostas pela moral religiosa cristã. A segunda seria aquilo que compõe a individualidade das pessoas, ou seja, seus prazeres, fantasias, sentimentos ocultos e proibidos. Acessada por meio do saber médico e psiquiátrico, a sexualidade seria o espaço onde o sexo, de uma questão familiar, adquire personalização (DREYFUS, RABINOV, 1995, p.185-188).

A análise feita por Norbert Elias acerca das mudanças no comportamento sexual das sociedades ocidentais ficou mais restrita às sociedades de corte e a burguesia europeia no período compreendido entre o fim da Idade Média até o século XVIII. Embora faça menções pontuais ao período posterior e às camadas populares, Elias não se aprofunda, tal como Foucault, nas transformações ocorridas no comportamento sexual desde a Antiguidade Clássica, e nem a partir do declínio do Absolutismo e concomitante ascensão da classe burguesa ao comando do Estado. Apesar dessa diferença, a análise de ambos aponta na mesma direção: o processo civilizador de Elias, bem como o de criação de discursos sérios analisado por Foucault, se intensificaram na mesma medida que o tamanho e influência do Estado cresceram nas sociedades ocidentais. Não que esta instituição detivesse controle absoluto e autoritário sobre ambos os processos, porém, é inegável que tanto na obra de Elias quanto nas de Foucault, o aumento das distinções sociais e políticas entre os indivíduos, promovidas pelo incremento do poder e influência do Estado, “exigiram” mudanças de comportamento nos indivíduos que buscavam se enquadrar nos novos arranjos sociais que se estabeleceram a partir do período moderno.

Relações de poder e o papel do Estado nas análises de Norbert Elias e Michel Foucault

Para Roger Chartier, *A Sociedade de Corte* seria uma obra introdutória ao grande estudo desenvolvido por Elias em *O Processo Civilizador*. Neste primeiro trabalho, Elias concluiu que a monopolização da violência pelo Estado e a ampliação do seu papel de pacificador do espaço social, características do Absolutismo, veio acompanhado de uma maior diferenciação dos papéis sociais e de um estreitamento das relações interindividuais que exigiram, a partir de então, um maior controle dos

impulsos e emoções. Essas alterações levaram ao fortalecimento dos laços de interdependência entre os indivíduos, bem como dos mecanismos de controle e vigilância do comportamento alheio que, no *Processo Civilizador*, ele aponta como característica principal do padrão de civilidade do homem Ocidental moderno (CHARTIER in: ELIAS, 2001, p.19).

O estudo de Norbert Elias acerca do processo de civilização do ocidente, esboçado em *Sociedade de Corte* e aprofundado em *O Processo Civilizador*, é profundamente histórico, embora não se caracterize como um trabalho historiográfico propriamente dito. Segundo Chartier, apesar de recorrer a uma acurada pesquisa histórica, tanto em fontes documentais quanto bibliográficas, Elias mantém o caráter sociológico de seu trabalho ao analisar a mudança no comportamento do indivíduo como parte integrante de uma “cadeia de interdependências” (CHARTIER in: ELIAS, 2001, p.13) que o liga aos outros homens e acaba por limitar a sua liberdade de escolha. Partindo desta perspectiva, o trabalho de Norbert Elias, na visão de Chartier, merece elogios por conseguir abandonar a clássica oposição entre liberdade e determinismo que desembocaria, quase automaticamente, em uma causalidade histórica.

Em sua obra *A Sociedade dos Indivíduos* Elias afirmou que, em nenhum momento de sua vida, o indivíduo se encontra “independente” ou “fora” de uma rede de relações e, em um dado momento, como que subitamente ou “do nada”, começa a se vincular a outros seres humanos, “(...) o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade” (ELIAS, 1994, p.31).

Além das matrizes sociológica e histórica, a análise de Norbert Elias possui, conforme salientado anteriormente, uma forte influência da psicologia e da psiquiatria. O autor deixa claro que o processo de civilização é, simultaneamente, histórico e psíquico. A adoção de novos padrões de comportamento passa, obrigatoriamente, por um processo histórico de assimilação dos medos que, desde a tenra infância, vão moldar o comportamento humano, introjetando condutas aceitáveis e, concomitantemente, sentimentos de medo e repulsa quanto às atitudes consideradas inadequadas. De acordo com Elias:

(...) a estrutura dos medos e ansiedades nada mais é do que a contrapartida psicológica das restrições que pessoas exercem umas sobre as outras através do entrelaçamento de suas atividades. Os medos formam um dos canais – e dos mais importantes – através dos quais a estrutura da sociedade é transmitida às funções psicológicas individuais. A força propulsora subjacente à mudança na economia das paixões, na estrutura dos medos e ansiedades, é uma mudança muito específica nas restrições sociais que atuam sobre o indivíduo,

uma transformação específica de toda a teia de relacionamentos e, acima de tudo, da organização da força (ELIAS, 1994 v.2, p.269).

Por meio do trabalho de Norbert Elias compreendemos que as crianças passaram a receber maior atenção do Estado a partir do momento em que esta instituição, por meio do processo civilizador, passou a popularizar uma série de comportamentos tidos como corretos, ou civilizados, que deveriam ser assimilados desde os primeiros anos para facilitar a inclusão dos súditos nas engrenagens de poder do Estado Absolutista em ascensão. Entretanto, tal processo não ocorreu de maneira impositiva, mas sim, dialogada por meio das diversificadas redes de interdependência estabelecidas entre os indivíduos da sociedade. A sexualidade também passaria a sofrer cada vez mais interditos, porém, mesmo que a moral cristã servisse como referencial para o comportamento da sociedade, o Estado não conseguiu impor seu cumprimento integral a todos os súditos. A nobreza, como grupo social que se reconhecia diferenciado dos demais, se sentia à vontade para burlar, mesmo que discretamente, o princípio de fidelidade conjugal estabelecido por considerá-lo característico de camadas sociais inferiores.

Nas obras de Foucault o poder ocupa um papel central. No caso das mudanças e assimilação de novos comportamentos, a perspectiva do filósofo francês se aproxima de Norbert Elias não apenas no papel importante do Estado no processo, como também na afirmação de que esta instituição não detém poder total sobre o mesmo. Tanto Elias quanto o Foucault concordam que as transformações ocorridas nos modos, atitudes e discursos acerca da infância, sexualidade ou qualquer outro aspecto do cotidiano das sociedades ocidentais não se processaram, na maior parte do tempo, de maneira coercitiva. O Estado, em seu processo de monopolização da força, teve papel central no ordenamento dos locais de fala para os discursos de Foucault, bem como para o engendramento dos sentimentos de medo e vergonha apontados por Elias, entretanto, não foi o único ator a desempenhar papel central nesta trama.

Segundo Roberto Machado, por meio de seus estudos acerca das instituições carcerárias e da sexualidade Foucault demonstrou a existência de mecanismos de poder que não se relacionavam diretamente com o Estado. Por meio de uma análise genealógica, ele concluiu que existem formas de exercício do poder que funcionam sob regras diferentes daquelas que fundamentam as mudanças nos regimes políticos e nas instituições do Estado. No plano da realidade concreta das pessoas - e não em um nível acima delas - existe uma série de mecanismos de controle e dominação que atingem

seus próprios corpos e interferem diretamente em seu cotidiano, caracterizando o que Foucault define como micro-poder (MACHADO, 1981, p.189).

Ainda de acordo com Roberto Machado, o poder, para Foucault, não é singular no sentido de emanar de uma única fonte, como o Estado; ele é plural, ou seja, as práticas ou relações de poder compõem uma rede cujas fibras possuem matrizes diferentes e que abrange todos os indivíduos de maneira que nenhum lhes escape. Nesta rede, os micro-poderes que se manifestam em diferentes níveis e formas, podem estar, ou não, ligados ao Estado (MACHADO, 1989 p.190-191).

A infância e a sexualidade são, de acordo com a análise foucaultiana, duas das esferas da vida humana que mais sofreram regulamentação. O comportamento infantil e a conduta sexual constituem duas arenas onde o Estado, as instituições a ele ligadas e os diversos grupos sociais travam uma batalha pelo direito de estabelecer os discursos que vão guiar o comportamento dos indivíduos. O Estado, como instituição imaginária que detém o poder de regulamentar a vida dos indivíduos, por vezes logra êxito em impor os discursos que este – e as instituições que lhe dão suporte – consideram corretos, em outras ocasiões, o máximo que consegue é se adequar a valores e princípios que a sociedade civil deseja preservar ou modificar.

Considerações Finais

Todas as mudanças de comportamento ocorridas na sociedade ocidental, observadas tanto por Foucault quanto por Elias, ocorreram em meio a profundas transformações econômicas e políticas que caracterizaram a transição do mundo feudal ao moderno, chegando ao período contemporâneo. Um dos grandes méritos das obras de ambos os cientistas foi perceber que tais mudanças não foram resultantes de uma causalidade histórica, mas sim, um processo lento e elaborado de transformação do pensamento. Tal grau de transformação só foi possível, nas concepções dos dois autores, graças a existência de instrumentos de poder e coerção que agem na esfera mais íntima e privada do cotidiano dos indivíduos, moldando seus modos de agir, pensar e se relacionar com o mundo.

Na obra *Sociedade de Corte*, Norbert Elias utiliza o conceito de “circulação das coerções” para definir um sistema de poder horizontal, que se manifesta na realidade cotidiana dos indivíduos. O sociólogo alemão criou esta definição para fugir dos conceitos tradicionais de *autoridade* e *dominação* que, na sua análise, limitam o estudo das formas de coerção do comportamento àquelas que se manifestam de maneira

vertical, ou seja, do Estado para os indivíduos. Elias acreditava que o conceito de coerção seria aplicado de forma mais correta tendo em vista que os indivíduos estabelecem relações de interdependência e que a coercitividade se manifesta de maneira recíproca entre todos os grupos, embora, nem sempre, com o mesmo de grau de intensidade em todas as direções. Embora os pesquisadores tenham dado maior atenção à coerção exercida pelos grupos dominantes sobre os mais fracos, Elias ressalta que tal atitude resulta numa visão unilateral de todo o processo e que, mesmo na sociedade de corte absolutista, a coerção das classes subalternas em direção à aristocracia e até mesmo ao rei também ocorreu. O status privilegiado da nobreza era sustentado por uma rígida autodisciplina que impunha uma etiqueta minuciosa e uma série de restrições que todos, inclusive o monarca, deveriam se submeter para preservar sua posição de destaque frente aos grupos dominados (ELIAS, 2001, p.265).

Foucault concluiu que o poder ocupa um grande espaço nas relações humanas, porém, tal como Elias, ele defende a ideia de que, nem sempre, ele se manifesta na sua face mais conhecida, que seria a de controle do Estado sobre a sociedade. As relações de poder que se estabelecem entre indivíduos ou grupos são mutáveis e flexíveis e, de acordo com Foucault, estas seriam suas principais características. O estado de dominação surge apenas quando um ou mais grupos, seja por meio de estratégias econômicas, políticas ou militares, interrompem o diálogo com os demais, limitando a liberdade e ação dos indivíduos. Diferente dos que lhe atribuem um caráter opressivo, Foucault considera que o poder só se manifesta verdadeiramente onde há liberdade (FOUCAULT, 2014, p.260).

Infância e sexualidade passaram a despertar maior atenção quando o Estado percebeu que sua autoridade, bem como seu poder e influência, dependia diretamente do conhecimento dos mecanismos e estratégias que regulavam a natalidade, casamento, herança e demais relações que fundamentavam o cotidiano de suas populações. As crianças precisavam ser inseridas cada vez mais cedo nos princípios e valores que regiam suas comunidades, em rápida transformação na virada dos séculos XVIII para o XIX. Tal fato demandava uma maior atenção e vigilância por parte da família e do Estado no processo educacional dos pequenos. Por sua vez, a sexualidade, considerada tão difícil de “domar”, deveria permanecer sob controle da sociedade e do Estado que trabalhavam juntos para estabelecer limites entre o permitido e o proibido.

O reconhecimento da existência de mecanismos de poder e coerção que fogem do alcance do Estado conferem um caráter diferencial aos trabalhos de Elias e Foucault. A pesquisa histórica detalhada que sustenta os trabalhos de ambos, aliada a

complexidade e refinamento teórico de suas análises sociológicas e filosóficas, colocam os dois autores como leituras quase obrigatórias para os que desejam compreender como as sociedades ocidentais estabeleceram as regras e padrões de comportamento vigentes até os dias de hoje.

Referências

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1987.

DREYFUS, Hubert; RABINOV, Paul. *MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Investigação sobre a sociologia da realeza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *O Processo Civilizador*. Volume 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O Processo Civilizador*. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESCOBAR, C.H. (org). *O Dossier – Últimas Entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural do Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *História da Sexualidade*. I - A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade*. II. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. História e Sociologia: a contribuição de Norbert Elias. *Revista História e Cultura*. Franca. v.3, n.3, p.53-65, 2014. Disponível em <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1409/1297>

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber*. A trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

Artigo recebido em 10 de julho de 2018 e aceito em 14 de agosto de 2018.